

É A PARTIR DESSA SEMENTINHA QUE NÓS VAMOS AVANÇANDO. AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA (MMC/SC)¹

Mariateresa Muraca²

Resumo

O artigo se origina de uma etnografia colaborativa iniciada em 2011 junto ao Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), e visa delinear a caracterização político-pedagógica da perspectiva agroecológica encarnada pelo movimento, conjuntamente com as demais organizações da *Via Campesina*. As reflexões apresentadas surgem da elaboração crítica de dados coletados através de vários instrumentos: entrevistas narrativas, participação-observante, grupos focais, análise de documentação, ações de devolução. Primeiramente a luta por agroecologia será contextualizada no interior da trajetória do MMC/SC. O texto, então, entrará no mérito das práticas agroecológicas do movimento, com especial referência para as atividades de resgate, produção e multiplicação das sementes crioulas e o uso das plantas medicinais. Os resultados apontaram o cunho feminista e decolonial das práticas agroecológicas no interior do projeto popular de agricultura camponesa do MMC.

Palavras chave: Movimento de Mulheres Camponesas. Agroecologia. Sementes Crioulas. Plantas Medicinais. Projeto Popular de Agricultura.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de um processo de pesquisa, que começou em 2011 e que levou, entre outras atividades, a elaboração de uma tese de doutorado interdisciplinar sobre as práticas pedagógicas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). O MMC atualmente está articulado em vinte e três estados brasileiros e em Santa Catarina está enraizado sobretudo na região Oeste, donde foi realizado o trabalho de campo.

O referencial teórico da tese interliga as contribuições da pedagogia popular freiriana, do feminismo da diferencia e do pensamento decolonial latinoamericano. A abordagem metodológica em que se baseia é a etnografia colaborativa (LASSITER,

¹ O artigo é dedicado às companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas, na hora em que estão enfrentando as consequências do golpe institucional.

² Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Pesquisadora de pós-doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Verona, Itália. E-mail: mariateresa.muraca@univr.it

2005). A pesquisadora conviveu ao longo de seis meses nas casas das lideranças da regional São José do Cedro, deslocando-se nos municípios de São José do Cedro, Guarujá do Sul, Palma Sola, Dionísio Cerqueira, Anchieta. Os dados foram coletados por meio da participação-observante (TEDLOCK, 1991), de trinta entrevistas narrativas com militantes, lideranças e coordenadoras, da análise da documentação, de seis grupos focais.

Em particular, a escrita do presente artigo foi estimulada por alguns encontros e seminários organizados em ocasião da primeira visita do Movimento de Mulheres Camponesas na Itália, de 5 a 25 maio 2016, e culminados com a participação de algumas coordenadoras do movimento, Lucimar Roman, Ivanete Mantelli e Zenaide Da Silva, no Congresso Internacional “Conexões decoloniais. Práticas que recriam convivência” realizado na Universidade de Verona.

A visita das lideranças na Itália e a escrita deste texto formam parte de um processo de devolução, nem sempre devidamente valorizado nos procedimentos acadêmicos. Nesse sentido, o artigo assume como orientação política fundamental o reconhecimento e a promoção da dialogicidade na construção do conhecimento científico.

Depois da contextualização histórica da luta do MMC, aprofundaremos suas práticas agroecológicas, detendo-nos em particular no resgate das sementes crioulas e no uso das plantas medicinais. A partir desses elementos, o artigo visa delinear as dimensões político-pedagógicas da proposta agroecológica do MMC, apresentando-a como uma abordagem complexa e multidisciplinar em que se articulam visões feministas e decoloniais.

2 A LUTA POR AGROECOLOGIA NA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Camponesas nasceu com o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras em 1983, no então distrito de Nova Itaberaba, no município de Chapecó. O trabalho de formação de lideranças desenvolvido pela Teologia da Libertação teve um papel fundamental na promoção do MMA. De fato, o percurso de conscientização e militância de muitas mulheres que até hoje participam do movimento começou a se delinear através da assunção

de um compromisso com os pobres, no interior da Igreja, principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas pastorais sociais. Entretanto, a decisão de criar um movimento autônomo de mulheres se firmava na necessidade de circunscrever um espaço de participação pensado para elas e por elas, contrastando a tradicional concentração de poder, responsabilidade e decisões nas mãos dos homens (CINELLI, 2012). Nesse sentido, as lutas de classe e de gênero foram dois eixos complementares na atuação do movimento desde seu início (POLI, 2008), mesmo que, nos primeiros anos de existência, as mobilizações do MMA se focassem principalmente nas questões trabalhistas (reconhecimento da profissão de agricultora, direito à documentação pessoal e profissional, direitos previdenciários) e mesmo que a automeção de movimento feminista foi assumida só há tempos recentes.

Em 2004, depois de um longo processo de articulação de movimentos estaduais autônomos e mistos, se consolidou um movimento nacional com o nome de Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC/Brasil). O I Congresso Nacional do MMC foi marcado por uma importante discussão relativa ao nome que deveria assumir o novo movimento. Entre as militantes de Santa Catarina, a passagem de “agricultoras” para “camponesas” não foi de fácil aceitação. De fato, a autorrepresentação enquanto agricultoras e o conseqüente reconhecimento da profissão tinham sido uma importante vitória do movimento, sendo que até então as mulheres se definiam como donas de casa, considerando seu trabalho apenas um suporte à atividade dos homens. A opção da categoria “camponesa”, no entanto, era motivada pela necessidade de construir uma identidade política comum, capaz de compreender e unificar experiências diferentes. Ao mesmo tempo, essa opção objetivava identificar um tipo de produção familiar orientada primeiramente – embora não em termos exclusivos – ao autossustento (BONI, 2012).

O período da constituição do movimento nacional foi caracterizado também por importantes mudanças no plano das práticas e das reflexões. Registrou-se, por um lado, uma redução da participação das mulheres – em alguma medida por conta do alcance de conquistas significativas no âmbito dos direitos de previdência social –, por outro, uma radicalização do compromisso do MMC nos temas da soberania e da segurança alimentar, da defesa do meio ambiente, do combate ao uso de agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas (Ibidem). O crescente compromisso

nessa direção está ligado à adesão do MMC à *Via Campesina*, já envolvida em uma reflexão sobre o modelo popular de agricultura camponesa, e se fundamenta na necessidade de contrastar e reverter os dramáticos efeitos causados pela imposição da Revolução Verde e visíveis desde os anos oitenta. Trata-se tanto de custos sociais – concentração das terras, êxodo rural, aumento da dependência dos agricultores a respeito do mercado – quanto ambientais – erosão dos solos, poluição das águas, presença de contaminantes químicos na cadeia alimentar, perda da biodiversidade etc (CAPORAL, 2009). Nesse quadro, a agroecologia constitui uma referência prático-conceitual fundamental para um rico panorama de experiências camponesas críticas e criativas (SCHMITT, 2009).

Em particular, a afirmação da agroecologia no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) foi oficializada na oitava assembleia estadual do movimento, realizada no município de Concórdia em novembro de 2001. Mesmo que a atenção para as formas de produção tenha sido sempre presente dentro do movimento, foi a partir desse momento que começaram a ser incentivadas mais sistematicamente práticas como: a produção de alimentos saudáveis, a criação de animais crioulos, a preservação da mata nativa e a construção de canais alternativos de comercialização. Nas próximas sessões nos deteremos sobretudo no trabalho de resgate das sementes crioulas e de uso das plantas medicinais, com o intuito de delinear a proposta política do MMC/SC.

3 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS: RECUPERAÇÃO, PRODUÇÃO, MELHORAMENTO DE SEMENTES CRIOULAS

As sementes crioulas³ foram adotadas pelos movimentos sociais comprometidos com a agroecologia como um símbolo fortemente evocativo da resistência camponesa numa época de monopólios, um símbolo em que se articulam justiça social e ecológica (SHIVA, 2005). De fato, atualmente, somente três empresas controlam o mercado global de sementes (RIBEIRO, 2016). A criação destes gigantes do agronegócio foi o resultado de um constante processo de fusões

³ As variedades podem ser definidas como crioulas quando são cultivadas em um lugar com continuidade e naquele lugar são conhecidas com um nome próprio. Caracterizam-se pela passagem de uma geração para a outra, de mãe para filha, de mão a mão, herdadas por hábito familiar ou comunitário (CICCARESE, 2013).

entre empresas do mesmo setor e de setores diferentes (indústria sementeira, química, farmacêutica e veterinária): como Syngenta-ChemChina, DuPont-Dow e, recentemente, Monsanto-Bayer. É suficiente pensar, por exemplo, que a Monsanto, maior produtora de sementes e agrotóxicos, se tornou também uma das maiores empresas farmacêuticas (Ibidem). A gravidade dessa concentração ressalta ao considerar a importância fundamental que as sementes têm para a vida da humanidade, enquanto primeiro anel da cadeia alimentar. Por milênios os camponeses, e especialmente as camponesas, as selecionaram, guardaram e replantaram, garantindo a autorregeneração dos cultivos alimentares (SHIVA, 1990).

Com a Revolução Verde, todavia, os conhecimentos sobre o cuidado das sementes, que as mulheres tinham repassado e inovado de geração em geração, foram considerados “primitivos” e subordinados ao saber dos tecnocratas e das multinacionais (Ibidem). No Sul do Brasil, como em outros lugares, a extensão rural e as linhas de crédito para a agricultura influenciaram de forma decisiva no abandono das variedades locais, na difusão das sementes híbridas e depois transgênicas, com uma consequente perda de autonomia por parte dos agricultores.

É neste contexto que se insere a realização do programa de recuperação, produção e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças, realizado pelo MMC/SC a partir de 2002. Tradicionalmente a horta, sendo um espaço voltado à produção de alimentos para o consumo da família, foi sempre cuidada pelas mulheres. Nesse sentido, o movimento escolheu focar na produção de hortaliças, com o intuito de valorizar práticas femininas, que, já desqualificadas socialmente porque consideradas pouco rentáveis, passaram ao segundo plano, especialmente a partir da Revolução Verde e do seu imperativo de investir as energias na produção destinada ao mercado (TECCHIO, 2005).

Além disso, nas intenções do movimento, o resgate das sementes visa envolver a família toda em uma discussão sobre o paradigma de produção, encorajando a passagem de uma visão orientada principalmente aos lucros, para uma visão que recoloca no centro a vida e suas necessidades (MURACA, 2015).

No trabalho com as sementes crioulas [...], se começa do pequeno roçado [...], porque é onde elas [as agricultoras] têm autonomia, mas quando a gente vê [...], transforma ao redor da casa, transforma a cozinha da casa, transforma a mesa, porque tem uma diversidade muito grande de comida, aquela crise de alimentos ela sai, daí vem a mesa farta, vem a diversidade. [...] Aí vai ganhando, vai convencendo também pelas práticas (da entrevista

de Justina Cima⁴, integrante da coordenação estadual e nacional do MMC; a entrevista foi realizada no dia 2/5/2013).

Na prática do MMC, portanto, as sementes de hortaliças se tornam o elemento central de um processo de negociação, que objetiva fortalecer o protagonismo das mulheres em relação à propriedade toda e às decisões familiares.

Dentro do programa, um grupo de referência de quarenta mulheres foi encarregado de realizar experiências de recuperação, produção e melhoramento, através das quais foi possível resgatar até hoje mais de trinta variedades atualmente conservadas no banco de sementes do MMC/SC em Chapecó. Além disso, uma equipe organizadora constituída por vinte e cinco monitoras, algumas coordenadoras estaduais e alguns técnicos externos, era responsável pela idealização, condução e avaliação de oficinas nos municípios. As oficinas, articuladas num ciclo de dez encontros, envolveram cerca de cem camponesas de quarenta e nove municípios de Santa Catarina. Os assuntos tratados eram de natureza tanto técnica quanto política e visavam favorecer o aprofundamento dos saberes populares sobre a produção das sementes, à luz da realidade agrícola no Brasil e no contexto da crise ecológica (CINELLI, 2012).

Depois dessa ação de sensibilização e formação, a troca de sementes e mudas se tornou um aspecto imprescindível em todos os encontros do MMC/SC – das assembleias estaduais às pequenas reuniões de vizinhas nos grupos de base – tendo por finalidade a conservação e o melhoramento das variedades crioulas.

⁴ De acordo com os princípios da pesquisa colaborativa, concordei com minhas interlocutoras o uso de seus nomes reais, com o intuito de visibilizar sua contribuição no processo de construção do conhecimento.



Troca de sementes crioulas no decorrer de um encontro de base, Anchieta 12/9/2012

Ao longo da pesquisa de campo, observei que muitas militantes guardam em casa um pequeno banco de sementes e algumas delas conseguiram até retomar cultivos que tinham sido abandonados.

Eu tenho uma variedade de milho crioulo chamado milho doce branco, esse milho eu ganhei um punhadinho, mas mínima coisa, uma vez que a gente teve numa reunião e o presidente do sindicato [...] trouxe um pouquinho dessa semente: “se alguém de vocês quer levar, se reparte [...], vão produzindo e sempre vão guardando um pouco”. Ele disse: “que talvez um dia o que nós temos ali nós vamos perder, a gente sabe que alguma de vocês vai ter”. E eu tenho até hoje e no ano passado o secretário do sindicato veio aqui buscar um pouquinho daquela semente que eu tinha guardado [...], disse que as dele tinha acabado e ele já tinha procurado em vários lugares: ninguém mais tinha (da entrevista de Zenaide da Silva, coordenadora do MMC na regional de São José do Cedro; a entrevista foi realizada no dia 29/8/2012).

Como revela a fala de Zenaide, através da criação de um banco de sementes doméstico, as mulheres não somente reconquistam gradualmente a autossuficiência na produção de sementes e o controle do processo de produção dos alimentos, mas também se tornam custodiantes das sementes em benefício da comunidade toda.

A participação no “programa das sementes” representou uma passagem decisiva no percurso de conscientização de muitas mulheres, que começaram a se envolver com mais convicção na vida do movimento (MURACA, 2015).

3.1 OFICINAS DE PLANTAS MEDICINAIS

Sendo que a agroecologia se fundamenta em uma abordagem sistêmica e adota o agrossistema como unidade de análise fundamental (CAPORAL, 2009), a partir do resgate das sementes crioulas, outras exigências foram surgindo no interior da prática do MMC/SC. Em particular, se firmou a necessidade de fortalecer o uso das plantas medicinais tanto para a cura dos seres humanos, quanto para o controle natural das pragas. Nessa direção, a partir de 2013, foi realizado um programa bienal de oficinas de plantas medicinais, que abrangeu setenta e nove municípios do estado de Santa Catarina, e que em 2016 chegou à segunda edição. Justina Cima descreve a dinâmica formativa que caracterizou o programa:

A metodologia, o conteúdo e tudo mais têm que ser adequados com os diferentes níveis das pessoas que estão dentro do movimento. [...] A formação para lideranças mais preparadas é de uma forma, lá na base então tem que ser [de outra forma...]. Em nível de estado nós temos a formação dos quadros, que nós chamamos de monitoras. As monitoras recebem capacitação tanto técnica dentro da linha agroecológica, como também no campo ideológico. [...] Depois geralmente [a formação] se faz em todas as regionais, num processo multiplicador, não é de repasse, mas multiplicador, que multiplica o que é feito lá nos municípios (da entrevista de Justina Cima, integrante da coordenação estadual e nacional do MMC; a entrevista foi realizada no dia 2/5/2013).

Mais pontualmente, o programa era articulado em três níveis:

- uma formação específica era direcionada para as monitoras, figuras de referência na multiplicação dos saberes sobre plantas medicinais através de oficinas e numa perspectiva de educação popular;
- as oficinas municipais previam três etapas teórico-práticas, no decorrer das quais as participantes tinham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em relação à criação de hortos medicinais; à organização do espaço para o cultivo das plantas; à identificação das diferentes plantas medicinais, de suas partes úteis e de seus princípios ativos; às técnicas de colheita, secagem e conservação; aos processos de preparação de fitoterápicos etc;
- finalmente grandes seminários regionais ou estaduais eram voltados a todas as mulheres interessadas.

A utilização terapêutica das plantas medicinais é um componente essencial de uma abordagem holística da vida do ser humano, que no MMC/SC é sintetizada na noção de “saúde integral”, uma concepção sistêmica de saúde que visa o equilíbrio entre todas as dimensões constitutivas do ser humano, incluído o meio ambiente, as relações interpessoais e sociais. Em particular, o MMC/SC insistiu

muito – também através da “Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis” lançada em 2007 – na alimentação saudável como primeiro e necessário elemento da saúde integral. Em relação a isso, é frequente escutar no movimento a expressão: “seu alimento seja seu remédio, seu remédio seja seu alimento”, justamente para indicar que a saúde integral começa do modo em que são produzidos e preparados os alimentos. Saudável é a alimentação que procede da agricultura orgânica e que valoriza a biodiversidade, mas também, num nível mais profundo, aquela que persegue a soberania alimentar, a autonomia camponesa e o reconhecimento do trabalho das mulheres (MMC/Brasil, 2008).

A necessidade de evidenciar estas dimensões se firmou por causa das injustiças que atravessam a agricultura no Brasil e no mundo. Em particular, em 2009, o Brasil alcançou o primeiro lugar no *ranking* mundial no consumo de agrotóxicos, mesmo não sendo o principal produtor agrícola. Estima-se que todo brasileiro consome em média 5,2 quilos de agrotóxicos por ano⁵. A correlação entre uso de agrotóxicos e danos para a vida das pessoas e do meio ambiente é atualmente objeto não apenas de pesquisas científicas (ABRASCO, 2012), mas também de pronunciamentos de instituições voltadas à salvaguarda da saúde⁶.

⁵ O dado se refere à exposição ambiental, alimentar e ocupacional.

⁶ Em março de 2015 a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou o potencial cancerígeno do glifosato, o agrotóxico mais usado no mundo (é usado na agricultura, na silvicultura, nas áreas urbanas e para usos domésticos; 80% das colheitas de transgênicos foram projetadas para crescer com este herbicida), de propriedade da Monsanto que, até 2000, era dona da patente. O grupo internacional de experts examinou cinco pesticidas (além do glifosato, malationa, diazinona, parationa, tetraclorvinfós), encontrando em todos os casos relações com graves problemas de saúde (RIBEIRO, 2015). Ainda, em ocasião do dia mundial da saúde de 2015, o Instituto Nacional do Câncer (INCA), do Ministério da Saúde, confirmou sua posição contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos em favor de alternativas agroecológicas. O INCA lembrou que o Brasil concede isenções para a indústria de agrotóxicos, permite o uso de produtos proibidos em outros países, realiza pulverizações aéreas; e evidenciou que o primado brasileiro no consumo de agrotóxicos se deve, em grande medida, à liberação das sementes transgênicas que exigem um grande emprego de pesticidas e fertilizantes químicos (INCA, 2015).



Oficina sobre plantas medicinais realizada por Zenaide da Silva, Ivanete Mantelli e Lucimar Roman (lideranças do MMC/SC) com estudantes da Universidade de Verona (Itália) no centro feminista “Circolo della Rosa”, 8/5/2016. Foto de Mary Favaretto.

4 CONCLUSÕES: A CARACTERIZAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROPOSTA AGROECOLÓGICA DO MMC

No Brasil, onde a agroecologia é bastante consolidada e goza de certa institucionalização (especialmente nos estados do Sul), o termo “agroecologia” é usado para indicar – dependendo das circunstâncias e dos atores sociais envolvidos – um campo científico, um movimento e um conjunto de práticas agrícolas (WEZEL et al., 2009). Para o MMC, todavia, a agroecologia se configura também como um “projeto popular de agricultura camponesa e de sociedade” e um “estilo de vida” (MMC/Brasil, 2004?). À luz do quadro desenhado até agora, a última parte do artigo objetiva apontar alguns elementos que qualificam a proposta agroecológica do movimento de um ponto de vista político-pedagógico.

1) Enraizamento no presente. No interior do MMC, a agroecologia é vivida e praticada como uma mudança de civilização em curso mais do que como uma preparação a ela (PIUSSI, 2008). Mesmo que a palavra “projeto” possa ser ambígua nesse sentido, a transformação que ela evoca não é demandada no futuro como algo a ser realizado depois de uma ruptura única e definitiva, mas acontece *já*, num processo permanente, através das escolhas concretas das agricultoras nas suas

unidades de produção.

As sementes crioulas de hortaliças ainda são um espaço em que as mulheres dominam, as mulheres têm o conhecimento. [...] Então nós pensamos que na construção do projeto de agricultura camponesa essa seria [...] uma construção e uma contribuição que as mulheres camponesas podem dar para transformar esse modo de vida. Porque a partir das hortaliças também elas vão transformando outras formas, através do conflito e do diálogo também na família, vão colocando a alimentação como mais importante [...]. Então vão transformando o seu modo de vida, e quando se transforma o modo de vida então também vai se transformando a sociedade, porque deixa de sustentar esse modelo, não vai mais comprar agrotóxicos, não vai mais comprar aquele trator que dizem que tem que comprar [...]. Então vai se pensar uma outra forma de viver no campo e com isso também vai a questão da transformação da sociedade (da entrevista de Catiane Cinelli, integrante da coordenação estadual e nacional do MMC; a entrevista foi realizada no dia 16/07/2012).

De acordo com Catiane, portanto, a agroecologia não equivale simplesmente à introdução mecânica e neutra de um pacote tecnológico, mas implica uma opção política e existencial. Nessa perspectiva, cada unidade de produção é também um contexto educativo, em que se experimentam de forma interconectada mudanças de si e mudanças da realidade (BERTIN, 1995).

2) As práticas das mulheres como referência principal. Na proposta agroecológica do MMC, as atividades realizadas pelas mulheres em relação, por exemplo, ao uso das plantas medicinais, à produção de alimentos orgânicos e saudáveis, à recuperação, troca e melhoramento de sementes crioulas, são indicadas como o ponto de partida para transformar o modelo de agricultura convencional, química, extensiva e destinada à exportação, em direção a uma agricultura que recoloca no centro a segurança e a soberania alimentares (ANA, 2008). A proposta agroecológica do movimento, portanto, origina-se do reconhecimento dos saberes e das experiências femininos para propor uma mudança da sociedade toda. Uma das consequências dessas orientações reside na oportunidade para as militantes de interpretar as histórias das mulheres que as precederam não apenas em termos de opressão e subalternidade, mas avistando sua contribuição para a luta atual do movimento (TOMMASI, 1995).

O espaço do Movimento possibilitou às mulheres camponesas fazer uma releitura das histórias de vida de suas antepassadas. Ali foram encontrados valores e muitas experiências centradas na proteção, na preservação e no cuidado da vida e da natureza. Foram descobertos elementos indispensáveis para pensar um projeto de agricultura camponesa, desenvolvido com base nos princípios da agroecologia (MMC/SC, 2008, p.24).

Trata-se de uma ótica que coloca em termos radicais o nexo entre feminismo e agroecologia, ao interpretar o feminismo não como uma mera inclusão de novos temas de debate – a questão feminina – mas como um elemento estrutural e estruturante da luta por agroecologia (GEBARA, 1997).

3) Questionamento da modernidade colonial (QUIJANO, 2000). A ideologia desenvolvimentista da Revolução Verde pode ser considerada como uma expressão de colonialidade do saber (MURACA, 2015). De fato, trata-se de uma ideologia que marginalizou saberes femininos, populares e indígenas em nome do único conhecimento considerado válido: o saber científico-empresarial ocidental (LANDER, 2001), e que modificou profundamente “o original significado da agricultura, de atividade que operava uma atenta salvaguarda do capital natural dos terrenos férteis e dava à sociedade comida e alimento [...] numa atividade dedicada prevalentemente à produção de produtos agrícolas para o lucro” (SHIVA, 1990, p.123; tradução da autora).

Nesse sentido, o núcleo central da proposta agroecológica do MMC/SC é a desconstrução das dicotomias tradição/progresso, subdesenvolvimento/desenvolvimento, atraso/ inovação ínsitas na ideologia e nas prescrições de modernização da Revolução Verde (MURACA, 2015). No mesmo tempo, o questionamento da modernidade vincula-se a uma valorização dos princípios e das práticas de produção camponeses, superando a visão que os considera como vestígios de um passado utópico e ancestral.

Se você avaliar: quem, [do ponto de vista da Revolução Verde], não sabia produzir [...] tinha muito mais vida, mais saúde, não tinha mais dinheiro, mas tinha muito mais vida. Porque hoje o povo trabalha para quem? Para as grandes empresas. Essa revolução que se diz que veio para aumentar o poder do povo, veio para dominar, para tornar escravo. [...] O que é buscar a felicidade? O que é viver bem? Porque hoje para viver bem você tem que ter toda a modernidade. [...] Mas] o que é viver bem? É ter dinheiro ou ter saúde? É uma pergunta para se fazer (intervenção de Lucimar Roman, integrante da coordenação da regional São José do Cedro e da coordenação estadual do MMC, no grupo focal realizado em Guarujá do Sul, dia 18/9/2013).

No interior do MMC/SC, portanto, os saberes populares são recuperados, integrados com aquisições originadas de bases diferentes – como as ciências e as instituições – (GOMES, 2001), e reinterpretados em função dos desafios do presente, de um “bom viver e conviver” entre seres, humanos e não humanos (GONÇALVES, 2012).

Os elementos que foram destacados no decorrer das conclusões não têm uma ligação imediata com as grandes narrações, que historicamente inspiraram e continuam inspirando as lutas dos movimentos sociais. Mesmo assim, eles têm uma relevância fundamental enquanto orientações que motivam e sustentam uma caminhada sempre aberta de experimentações e mudanças.

É A PARTIR DESSA SEMENTINHA QUE NÓS VAMOS AVANÇANDO. THE AGROECOLOGICAL PRACTICES OF THE PEASANT WOMEN'S MOVEMENT IN SANTA CATARINA (MMC/SC)

Abstract:

The paper is based on a collaborative ethnography conducted with the Peasant Women Movement (MMC/SC) in Santa Catarina state, from 2011, and aims to delineate the political and pedagogical characteristics of the agroecological perspective embodied by the movement, in synergy with other *Via Campesina* organizations. The data were collected through narrative interviews, participant observation, focus group, documentation analysis and restitution activities. First, the struggle for agroecology is contextualized within the trajectory of the MMC/SC. Then the text focuses on the agroecological practices of the movement, with special reference to the activities of rescue, production and multiplication of creole seeds and the use of medicinal plants. The results pointed to the feminist and decolonial character of the agroecological practices within the popular peasant agriculture project of the MMC.

Keywords: Peasant Women Movement. Agroecology. *Creole Seeds*. Medicinal Plants. Popular Project of Peasant Agriculture.

ES A PARTIR DE ESA SEMILLITA QUE NOSOTRAS VAMOS AVANZANDO. LAS PRÁCTICAS AGROECOLÓGICAS DEL MOVIMIENTO DE MUJERES CAMPESINAS EN SANTA CATARINA (MMC/SC)

Resumen:

El artículo nasce de una etnografía colaborativa comenzada en 2011 con el Movimiento de Mujeres Campesinas en Santa Catarina (MMC/SC), y pretende delinear la caracterización político-pedagógica de la perspectiva agroecológica encarnada por el movimiento, juntamente con las otras organizaciones de la Vía Campesina. Las reflexiones presentadas surgen de la elaboración crítica de datos recolectados a través de varios instrumentos: entrevistas narrativas, participación-observante, grupos focales, análisis de documentación, acciones de devolución. En primer lugar la lucha por la agroecología será contextualizada dentro de la trayectoria del MMC/SC. El texto, entonces, aprofundizará las prácticas agroecológicas del movimiento, con especial referencia a las prácticas de rescate, producción y multiplicación de semillas criollas y al uso de plantas medicinales. Los resultados mostrarán el cuño feminista y decolonial de las prácticas agroecológicas en el interior del proyecto popular de agricultura campesina del MMC.

Palabras clave: Movimiento de Mujeres Campesinas. Agroecología. Semillas Criollas. Plantas Medicinales. Proyecto Popular de Agricultura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO) – **Dossiê Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Mulheres construindo a agroecologia**. Caderno do II encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2008.

BERTIN, Giovanni. **Educazione alla ragione**. Lezioni di pedagogia generale. Roma: Armando, 1995.

BONI, Valdete, **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. Tese (doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAPORAL, Francisco R. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: BALESTRO, Moisés V.; SAUER, Sérgio (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 267-309.

CICCARESE, Davide. **I semi e la terra**. Manifesto per l'agricoltura contadina. Milano: Altreconomia, 2013.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. Dissertação (mestrado em Educação nas Ciências) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GOMES, João C. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, Francisco R.; Azevedo, Edisio O. de (orgs). **Princípio e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, 2011, pp. 13-42.

GONÇALVES, Alfredo. Grandes Causas hoje: bem viver, bem conviver. In: VIGIL, José M.; CASALDÁLIGA, Pedro (orgs). **Agenda Latinoamericana Mundial 2012**.

Buen vivir/buen convivir. Disponível em:
<http://latinoamericana.org/digital/2012AgendaLatinoamericana.pdf> Acesso em: 22 novembro 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos**. 2015. Disponível em:
http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf Acesso em: 22 novembro 2016.

LANDER, Edgardo. Los derechos de propiedad intelectual en la geopolítica del saber de la sociedad global. **Comentario Internacional (Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales)**, n. 2, pp.79-88 II semestre, 2001.

LASSITER, Luke. **The Chicago Guide to Collaborative Ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MMC/BRASIL. Lutas. **Página web do MMC**. 2004?. Disponível em:
<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47> Acesso em: 21 novembro 2017.

MMC/Brasil. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Cartilha, Chapecó, abril 2008.

MURACA, Mariateresa, **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Uma etnografia colaborativa**. 2015. Tese (doutorado interdisciplinar em Ciências Umanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PIUSSI, A. Maria. Educare per il cambiamento o cambio di civiltà? In: BUTTARELLI, Anna R.; GIARDINI, Federica (orgs). **Il pensiero dell'esperienza**. Milano: Baldini Castoldi Dalai, 2008a, p.445-459.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Argos, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: Lander, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp.201-245.

RIBEIRO, S. Monsanto-Bayer y el control digital de la agricultura. **Página web do Etc group**. 2016. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/es/content/monsanto-bayer-y-el-control-digital-de-la-agricultura> Acesso em: 21 novembro 2017.

RIBEIRO, Silvia. Transgênicos, glifosato y cancer. **Página web do Etc group**. 2015. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/es/content/transgenicos-glifosato-y-cancer> Acesso em: 21 novembro 2017.

SCHMITT, Claudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: BALESTRO, Moisés V.; SAUER, Sérgio (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009, p.177-204.

SHIVA, Vandana. **Le nuove guerre della globalizzazione**. Sementi, acqua e forme di vita. Torino: Utet, 2005.

SHIVA, Vandana. **Sopravvivere allo sviluppo**. Torino: Isedi, 1990.

TECCHIO, Andréia. **O uso de sementes crioulas de hortaliças pelas componentes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina**. 2005. Monografia (pós-graduação em Movimentos Sociais e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2005.

TEDLOCK, Barbara. From participant observation to the observation of participation. **Journal of Anthropological Research**, v.7, n.1, pp.69-94, primavera, 1991.

TOMMASI, Wanda. Il lavoro del servo. In: Diotima. **Oltre l'uguaglianza**. Le radici femminili dell'autorità. Napoli: Liguori, 1995, p.59-84.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, n.4. pp.503-515, out./dez. 2009.

Artigo:

Recebido em 09 de Dezembro de 2016.

Aceito em 12 de Dezembro de 2017.